



Fazer
bem feito
para fazer
dar certo.

Aprovada em:

/ /

ATA DA 139ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE MS/CEC-MS, REALIZADA NO DIA 22 DE JUNHO DE 2023, NO AUDITÓRIO DO IMASUL.

Aos 22 dias do mês de junho de 2023, realizou-se a 139ª Reunião Ordinária do CCEC-MS, em Campo Grande/MS. Participaram os seguintes Membros do Conselho Estadual das Cidades de MS: **Maria do Carmo Avesani Lopez** – Diretora Presidente da Agência de Habitação Popular de MS/AGEHAB-MS e Secretária Executiva do CEC; **Inês Pereira Esteves** – Departamento Estadual de Trânsito/DETRAN-MS; **Aldemir Silva Almeida** – Secretaria de Estado de Justiça e de Segurança Pública/SEJUSP-MS; **José Carlos Queiroz** e **Elthon Santos Teixeira** – Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul/SANESUL-MS; **Regina Célia Rodrigues Magro** – Defensoria Pública Estadual; **Thiago Barros de Matos** – Caixa Econômica Federal/CEF; **Mário Basso Dias Filho** – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de MS/CREA-MS; **Vera Cristina Galvão Bacchi** – Prefeitura Municipal de Campo Grande; **Aquino Pereira de Oliveira** - Prefeitura Municipal de Figueirão; **Edson Ageo Maidana Nunes, Valdo Pereira de Souza e Auro da Silva** - Federação das Associações do Estado de Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Edymar Fernandes Cintra** e **Elza Aparecida Glenzel** - Sociedade de Apoio a Luta pela Moradia – SAM/MNLM; **Kely de Paula de Oliveira** – Sindicato Intermunicipal da Indústria da Construção do Estado de Mato Grosso do Sul; **Kelly Cristina Hokama** - Sindicato dos Arquitetos de MS/SINDARQ-MS; **Fábio Martins Ayres** – Universidade Estadual de MS/UEMS; **Silvia Bontempo** – Ordem dos Advogados do Brasil/OAB-MS **Tânia Maria de Souza Marques** – CEC/Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul – AGEHAB/MS e Carlos Augusto Marques/ AGEHAB-MS. A 139ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual das Cidades de MS teve como pauta: **Abertura; Informes; Posse de Conselheiros; Aprovação da Ata da Reunião 138ª; Projeto das Rotas Acessíveis, desenvolvido pela PLANURB; Definição de Pauta para próxima Reunião; Encerramento.** A **Senhora Maria do Carmo** cumprimentou a todos, fez a abertura da Reunião e passou para os **Informes**: Inicialmente informou que foi publicada portaria do FAR, no entanto, de 115 mil unidades, nosso estado ficou com apenas 1.070 unidades. Que os Órgãos de Controle estão tendo muito rigor com diretrizes e regras de distribuição. Que a distribuição é relacionada ao déficit, e que no último SENSO, foi constatado que nosso Estado tem apenas 1,3% do déficit do Brasil. Que pode haver uma quebra de 20% a mais. Do montante de 1.070 será descontada as seleções do protótipo (Campo Grande, Ponta Porã e Ivinhema), que totalizam 860 unidades. Enfim ficamos com uma quantidade ínfima, em que a prioridade serão os municípios de Ribas do Rio Pardo, que está sofrendo um grande impacto, Dourados que infelizmente está com várias favelas, Água Clara, São Gabriel d’ Oeste e Aquidauana. Informou ainda que nessa mesma Portaria saiu as diretrizes urbanísticas do FDS. Que todos os interessados em apresentar projetos no FDS, embora que a Portaria de Entidades deve



Aprovada em:

/ /

demorar uns 15 dias para ser publicada. Outro informe foi sobre o lançamento do Programa do Bônus Moradia do Governo do Estado, que é um subsídio para as famílias que desejam adquirir imóveis de empresas do setor privado, desde que o imóvel esteja dentro de um determinado limite. Convidou a todos para participarem. Que o Evento será dia 23/06/23 às 11 horas no Auditório do CREA – Rua Sebastião Taveira, 268 – Bairro São Francisco. Também levou ao conhecimento dos presentes, que o FEHIS já recebeu o primeiro aporte financeiro do Governo do Estado para aplicação em habitação. Que o Senhor Governador estaria presente nesta Reunião, no entanto, ontem surgiu um compromisso em Brasília, que não poderia deixar de comparecer. Perguntou se os Conselheiros tinham algum informe. A **Conselheira Edymar** se manifestou e comunicou sua satisfação com as Entidades que participaram do PPA do Governo Federal no último final de semana, onde mais de duas mil pessoas participaram, inclusive com a presença do Senhor Governador. Que foram formuladas propostas bastante importantes que contemplará toda a sociedade. Que o Governo do Estado está criando o Fórum permanente de Inter Conselhos e foi reivindicado duas vagas, uma para o CEC e outra para CONGFEHIS para que possamos colocar nossas propostas no PPA do Estado de Mato Grosso do Sul. Que posteriormente informará as datas das reuniões para que possamos reivindicar verbas para habitação, assistência técnica, demarcação, violência contra a mulher, dentre outras pautas. Reportou-se ao representante da CEF, Conselheiro Thiago, dizendo que na reunião do PPA, as Entidades defenderam a CEF como um instrumento de Banco público, que tem olhar social e que tem a solidariedade das Entidades que são contra a privatização. Que a CEF de Mato Grosso do Sul nos dá muito orgulho, pois é parceira dos Movimentos Sociais. Que há entraves, que tem que desburocratizar muitas situações, mas tem expertise. Também informou que dia 29/06/23, na Assembleia Legislativa, haverá Seminário de enfrentamento a Violência contra os Idosos. Continuando a **Senhora Maria do Carmo passou para próxima pauta, Posse de Conselheiros:** Deu Posse aos Representantes da Empresa de Saneamento de MS/SANESUL, Senhor José Carlos Queiroz (Titular) e o Senhor Elthon Santos Teixeira (Suplente). Prosseguindo Passou a palavra para a Conselheira Vera Bacchi para fazer a apresentação do **Projeto das Rotas Acessíveis, desenvolvido pela PLANURB.** A **Conselheira Vera Bacchi** cumprimentou a todos e lembrou que estava aguardando esse momento para falar sobre o assunto de Rotas Acessíveis, tendo em vista que a prefeitura Municipal teve uma grande demanda relativa ao Decreto referente a calçadas. Que iniciaram um estudo e viram a necessidade desse instrumento que já é previsto no Estatuto das Cidades, e que nós, assim como outras cidades do Brasil não temos. Que posteriormente deseja replicar esse projeto para as cidades do interior. Passou a palavra para Arquiteta Raina de Alencar Menezes que cumprimentou a todos e iniciou sua explanação explicando o que é a PLANURB. Que a PLANURB é uma Autarquia Municipal, que tem a finalidade de formular e revisar as políticas públicas urbanísticas de Campo Grande-MS, dar apoio técnico ao planejamento físico-territorial, bem como também do meio ambiente, além

Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Vermelho

de fazer gestão pública participativa que é bem importante para o Município. Expôs sobre o Organograma da PLANURB, destacando a participação dos Conselhos, que fazem parte da sociedade civil participando da gestão, dos Comitês que trazem todas as outras Secretarias ligadas aos assuntos afins de cada comitê. Que o grupo de trabalho ao qual pertence, está inserido no Comitê de Acessibilidade e Mobilidade Urbana. Que a PLANURB tem diversos desafios pela frente, tais como: Promover o desenvolvimento Urbano Sustentável, promover a implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável, planejar uma cidade mais inclusiva e sustentável, promover educação ambiental de modo a permitir a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente. Quanto ao Plano de Rotas Acessíveis, dentro do Estatuto das Cidades, temos instituído desde 2015, através da Lei Federal 13.146 que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o dever de elaborar esse Plano de Rotas Acessíveis e o nosso Plano Diretor de 2018, que traz em seu artigo 47 o dever do Poder Executivo de elaborar esse Plano. Que estamos seguindo essas diretrizes.



Explanou que o Plano de Rotas Acessíveis visa a implantação de passeios públicos qualificados e acessíveis interligando os equipamentos aos locais interessantes de destino do público alvo, garantindo autonomia, segurança e conforto de forma articulada com o transporte coletivo. Como prioridade teremos o público com deficiência ou mobilidade reduzida, mulheres, menina e outros públicos vulneráveis. Que atendendo esse grupo de pessoas, garantiremos acessibilidade para todo mundo. Que quando falamos de rotas acessíveis, entende-se que falamos de calçadas, porém tem outras coisas a serem observadas. Que tem usado como base para o estudo, os 8 princípios para as calçadas que são: Espaço atraente (vegetação e

Formatado: Fonte: Negrito

mobiliário urbano, conexão segura (conectividade, esquinas, faixa de travessia de pedestres, pontos de paradas e estações de transporte coletivo), sinalização coerente (sinalização informativa, semaforização), acessibilidade universal (rebaixamento da calçada, piso tátil, inclinação longitudinal), drenagem (inclinação transversal, jardim de chuva), dimensionamento adequado (faixa livre definida, faixa de serviço, faixa de transição bem delimitada), superfície qualificada (concreto moldado in loco, concreto permeável, blocos intertravados, ladrilho hidráulico, placas de concreto pré-fabricadas), segurança permanente (iluminação pública, fachadas ativas). Com relação as **ODS** (Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável), o objetivo principal são as Cidades e Comunidades Sustentáveis. Que no objetivo 11.7 diz que até 2030, devemos proporcionar o acesso universal a espaços públicos, seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, aos espaços verdes particularmente, para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência. Destaca também que o **objetivo 4** (Educação de qualidade), **objetivo 8** (Trabalho decente e crescimento econômico), **objetivo 10** (Redução das desigualdades) e **objetivo 17** (parcerias e meios de implementação), também são de suma importância. Explicou ainda como foi caracterizado esse Projeto, após colher várias informações. Que o ideal seria atender 100% do município, no entanto precisamos trabalhar com a realidade e, entender o que precisamos priorizar. Desta forma, trabalharam com: Localização dos usuários do transporte coletivo com mobilidade reduzida; Demanda dos equipamentos mais acessados; Índice de exclusão social; Outros equipamentos públicos; Praças e parques; Locais de emprego com base na RAIS; Pontos de Rotas de transporte coletivos.

Formatado: Fonte: Negrito

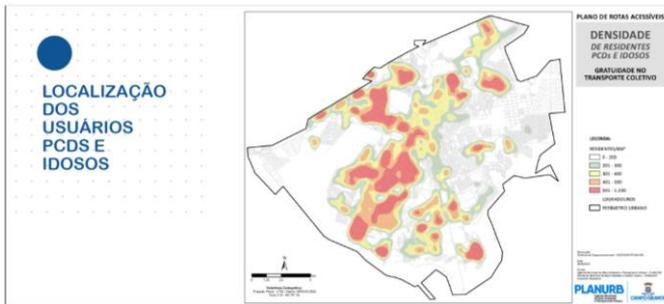
Formatado: Fonte: Negrito

Formatado: Fonte: Negrito

Formatado: Fonte: Negrito



Demonstrou através do mapa abaixo, a localização dos usuários do transporte coletivo que tem o benefício da gratuidade. As marcações na cor vermelha demonstram as regiões com maior concentração de moradores com deficiências ou idosos.

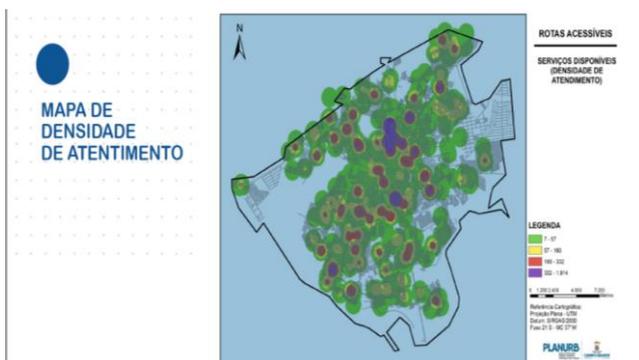


Abaixo, o demonstrativo dos serviços mais acessados, considerando os serviços de Assistência Social, Educação, Saúde e outras Instituições que também têm uma grande demanda.

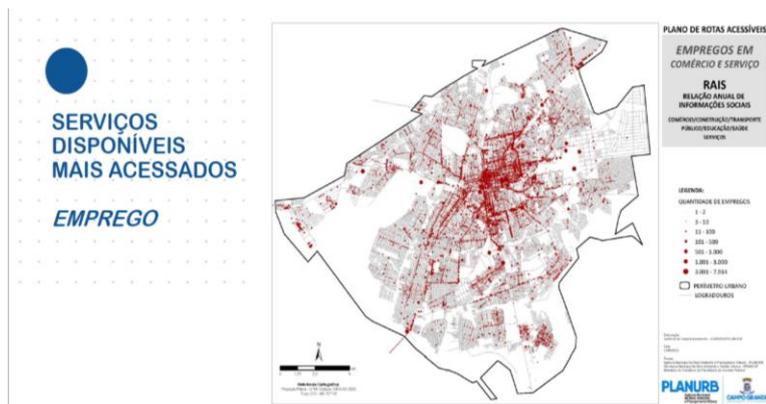


A Senhora **Raina** expôs também, que dentro do cadastro da pessoa com deficiência, foi mapeado os locais onde há o maior número de pessoas cadastradas.

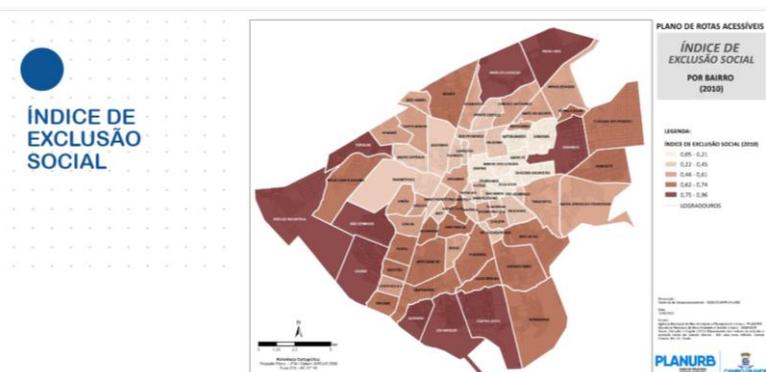
Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Vermelho



Que nas marcações roxas, há uma maior concentração de equipamentos nas suas proximidades. Foi também observado os serviços disponíveis mais acessados, o setor de empregos. Onde estão concentrados o comércio, construção, educação, saúde.



Quanto ao índice de exclusão social, que é o índice que aponta a vulnerabilidade das pessoas dentro da cidade, foi demonstrado conforme abaixo.



Explicou que o maior índice é nas regiões periféricas, conforme elucida as partes mais escuras do mapa. Que dentro desse arca-bolso técnico, concluíram que havia a necessidade de escutar as pessoas e para tal, convidaram algumas entidades representativas para participar do grupo de trabalho. Que foram emitidos vários convites, mas somente as entidades elencadas aceitaram: APAE, Juliano Varela, Pestalozzi, Cotolengo Sul Mato-grossense, Conselho Municipal de Saúde, FUNSAT, SAS, SEMED, SESAU e SED. Nas entrevistas foram aplicados alguns formulários para entender como se dá a demanda do cotidiano das pessoas, quais os lugares que costumam frequentar, com que regularidade e se têm alguma consideração sobre transporte

coletivo e condições das calçadas nesses percursos que fazem cotidianamente. Depois de todo levantamento e discussão com o grupo de trabalho, concluímos que seria necessário a criação de um projeto piloto para entender na escala do equipamento quais as demandas necessárias, quais as observações e o que deveria ser melhorado, levando em consideração os objetivos a curto prazo definidos para o Plano de Rotas Acessíveis.



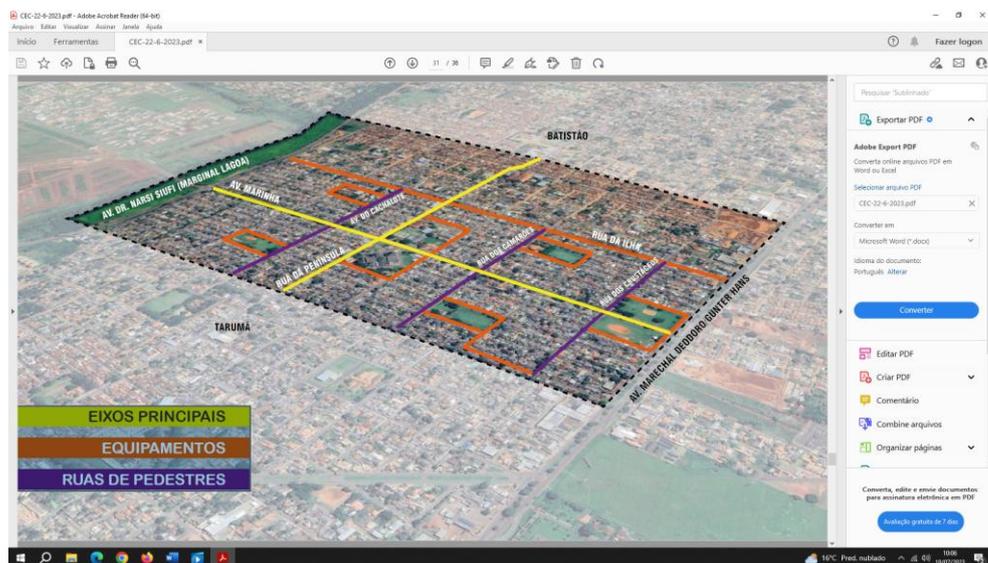
PROJETO PILOTO

Metodologia para
implantação na
escala do
equipamento
público

UNIDADE	USU
779 FUNCRAF	1171
54 CER APAE	706
384 CCI VOVÓ ZIZA	365
43 CEM - CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS PRESIDENTE JÂNIO DA SILVA QUADROS	332
293 SANTA CASA	273
288 PESTALOZZI	254
10 APAE DE CAMPO GRANDE	247
11 APAE/CAMS	245
311 UBS CORONEL ANTONINO	228
317 UBS DR. ALFREDO NEDER - COOPHAVILA II	210
385 CCI PIATININGA	210
318 UBS DR. ANTONIO FERREIRA - TIRADENTES	203
338 UBS DR. BENJAMIM ASATO - PARQUE DO SOL	196
383 UPA VILA ALMEIDA	185
383 UPA VILA ALMEIDA	185
32 CCELIAS LINDO	184
283 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	180
304 SOCIEDADE EDUCACIONAL JULIANO VARELA	170
331 UBS NOVA BAHIA	160
313 UBS DR. ASTROGLILDO CARMONA - VILA CARLOTA	157
308 UBS DR. ALBINO COIMBRA FILHO - SANTA CARMÉLIA	151
316 UBS DR. ALBERTO NEIDER - CAÇADA	146
45 CENORT - CENTRO ORTOPÉDICO MUNICIPAL DELMIRIO TEIXEIRA PEDROSA	139
33 CCI JACQUES DA LUZ	137
15 ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL HORIZONTE	136

Dentro do cadastro de pessoas com deficiência, foi elencado os quatro equipamentos com maior demanda de atendimento. Conforme quadro acima, os quatro locais foram: **FUNCRAF, CER APAE, CCI VOVÓ ZIZA, CEM-Centro de Especialidades Médicas Presidente Jânio da Silva Quadros**. Foi realizado um apanhado de visitas para pensar na metodologia de implantação nessa escala de equipamento. Dentre esses quatro lugares visitados, concluiu-se que o CCI Vovó Ziza (Centro de Convivência do Idoso) seria um ponto interessante para fazer o projeto piloto. Foi delimitado os locais dos pontos de ônibus, criado a rota de percurso da pessoa até o local, considerando os dois lados da via e as suas travessias. Além do CCI Vovó Ziza, nesse percurso, temos o Terminal Hercules Maymone, e na rua lateral tem uma escola municipal que também será abrangida pelo projeto. Explicou que a escolha do CCI Vovó Ziza e a escola foi devido ao fato de que os serviços prestados pelo CCI Vovó Ziza devido ao entendimento de que o percursos contempla não só o equipamento de assistência social (CCI), como também o serviço de educação (serviços contínuos) e os impactos seriam permanente para esses usuários. Expôs que antes e após a implantação, pretendem ouvir as mesmas pessoas para uma avaliação. Expôs que nesse percurso se reproduziram muitas situações de cenas que são muito presentes no cotidiano da cidade, como por exemplo, arborização, questões de rampas, estacionamentos invadindo as calçadas, os declínios, dentre outros. Após o planejamento desse projeto piloto, surgiu o Projeto Cidade Presente, edital da GIZ, cooperação Brasil e Alemanha, parceria com

Ministério das Cidades. Esse projeto objetiva seleção de propostas de projetos demonstrativos de desenvolvimento urbano integrado, inclusivo e resiliente ao clima, que serão reunidos na lista de projetos pilotos a serem apoiados pelo DUS. Dentro desse trabalho, a GIZ dará apoio aos municípios selecionados, na forma de assessoria técnica especializada. Esse projeto se deu em duas etapas. A primeira selecionará 12 projetos. A segunda selecionará 6 projetos com plano de financiamento e assessoria técnica de planejamento e financiamento para viabilizar a sua implementação. Dentre os critérios de seleção para esse projeto, estão inclusos: Situação de vulnerabilidade do município; Nível de índice de desenvolvimento humano (IDH); Recortes populacionais a serem atendidos pelo projeto e regiões vulneráveis; Proposta de projeto demonstrativo que integre temas transversais como mudanças do clima, gênero e direitos humanos; Propostas de projetos liderados por mulheres, ou em municípios liderados por mulheres, sendo Prefeita, Secretária ou responsável pela proposta. Dessa forma, nós nos inscrevemos com um projeto piloto em outra escala, pois queremos entender a implantação das Rotas Acessíveis em escala de bairro, contemplando todos os equipamentos públicos da rede de educação, saúde, assistência social, esporte e lazer, além dos locais de concentração de comércio e serviços. Que o bairro escolhido foi Coophavila, seguindo os mesmos indicadores apresentados no início, a demanda de pessoas com deficiência, idosos, de equipamentos.





Aprovada em:
/ /

Que foram apresentadas 170 propostas de 23 estados, 17 Capitais e 63% lideradas por mulheres. Dos municípios selecionados, Campo Grande está representando o Centro oeste e o Bioma do Cerrado. Explicou que dentro do PDTMU (Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana) que foi revisado em 2022, já prevê plano de melhoria de rede de Caminhabilidade e diretrizes para o plano de rotas acessíveis e programas complementares com diretrizes para a qualificação de calçadas, acessibilidades e travessias. Esse Plano, interligará as principais avenidas da cidade ao centro considerando os terminais. A ideia é que possamos posteriormente utilizar o projeto piloto de escala de bairro e conectar com essas avenidas, garantindo acessibilidade em todo município. Com a apresentação concluída, a **Senhora Raina** se colocou à disposição para questionamentos e esclarecimento de dúvidas. Perguntei o que elas consideram Índice de exclusão social. A **Senhora Raina** passou a palavra para **Conselheira Vera Bacchi** que respondeu que esse índice é um estudo em conjunto com a Universidade Federal que traz vários indicadores, dentre eles a pobreza do chefe de família, desigualdade social, nível de escolaridade, condições da participação da juventude, dentre outros, pois são 12 indicadores que definem esse índice. A **Conselheira Edymar** perguntou se a partir desse projeto piloto que tem a cooperação internacional (Alemanha), quais equipamentos serão produzidos através desse diagnóstico. A **Senhora Raina** respondeu que no Projeto Cidade Presente, tem a proposta de três níveis de intervenção. Primeiro, os eixos principais, que são o primeiro acesso. Depois, os eixos de comércio e serviços e locais de empregos e, posteriormente a localização dos equipamentos, considerando a quadra onde estão instalados e a conexão com os demais eixos. Evidenciou que o bairro Coophavila tem uma característica bem interessante, que dentro do loteamento aprovado, já havia ruas de pedestres, e tomando partido dessa característica, para integrar os equipamentos a essas ruas, garantindo a qualificação, pois essas ruas não têm nenhuma infraestrutura, garantindo a melhoria da qualidade de vida. Ressaltou ainda que essas rotas estão interligadas aos pontos de ônibus, trazendo o transporte coletivo integrado a essas rotas acessíveis. A **Conselheira Vera Bacchi** complementou informando que irão refazer todas as calçadas, com rampas nas esquinas, faixa de pedestres, iluminação pública diferenciada, sinalização de botoeira nos semáforos, enfim toda a parte de acessibilidade. Explicou que a escolha do CCI Vovó Ziza foi em função de que era o local com menor trajeto de intervenção, pois sabemos que é um investimento alto. Expôs que pretender executar essas intervenções com recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, levando o orçamento para a aprovação Conselho Gestor do Fundo. A **Conselheira Silva** informou que passa naquele local pelo menos quatro vezes ao dia, e por diversas vezes, já subiu em cima da calçada para auxiliá-los idosos e crianças a atravessarem a rua, embora tenha semáforo. Que é um local com situação bem crítico, nem todos os motoristas são conscientes, que ali é um perigo constante. A **Senhora Maria do Carmo** se manifestou parabenizando a PLANURB e falando que a parceria com o BID enriquece a todos, pois as experiências que eles têm, inclusive de outros países, é muito grande e a Prefeitura de Campo Grande estar incorporando esse



Aprovada em:
/ /

conhecimento é se suma importância. Perguntou às palestrantes, sobre o piso tátil. Que o piso era obrigatório e hoje foi extinta essa obrigatoriedade. Que entendeu, que esse piso não era adequado para as pessoas portadoras de alguma deficiência. Agora com a exposição de vocês, entendi que colocarão novamente esse piso tátil? A **Conselheira Vera Bacchi** respondeu que a NBR hoje fala sobre a linha guia e desobrigou o piso tátil. Que esse Projeto Piloto de Rotas Acessíveis será executado de acordo com a NBR. Explicou que onde tem linha guia (por exemplo muro), não é necessário a instalação do piso tátil, mas onde tem portão de acesso de garagens e rampa das esquinas, tem que ser instalado o piso tátil. Expôs ainda que durante muitos anos o piso tátil era exigido pela legislação municipal e quando saiu a Norma Técnica (salvo engano em 2018/2019) desobrigando, a Prefeitura Municipal atualizou a legislação, gerando uma repercussão muito negativa para Prefeitura, o Ministério Público foi acionado, no entanto, após várias reuniões, o processo foi arquivado, pois viram que tecnicamente a Prefeitura Municipal estava agindo corretamente. Argumentou que essa situação é uma discussão muito grande, porque para os cadeirantes, o piso tátil não é bom, pois a cadeira trepida. Ponderou ainda, que a partir de toda essa discussão é que começaram a estudar Rotas Acessíveis. A **Conselheira Inês** declarou que tem divulgado muito esse projeto de Rotas Acessíveis. Que tem feito muitas caminhadas com idosos. Que gostaria de fazer um apelo. Que dia 19 fez atendimento no CRAS da Manoel da Costa Lima. Que ali está bastante complicado e que fez um relatório para encaminhar a PLANURB e AGETTRAN. Que as faixas de sinalizações verticais e horizontais, bem como o ponto de ônibus. Que o apelo seria para que o projeto Rotas acessíveis, seja prioridade nos locais onde as pessoas idosas mais transitam. Que nesses locais, os idosos vão até mesmo para se alimentarem, ter assistência no que se refere a vida deles como um todo. Que em seus levantamentos em cada área que passa, está produzindo as narrativas de todo histórico daquelas pessoas e suas reivindicações. Solicitou a PLANURB produza um plano onde todos os CRAS sejam beneficiados com esse Projeto. A **Senhora Raina** respondeu que a intenção do Plano é justamente essa, que tem uma rede proposta com objetivo de curto, médio e longo prazo, mas dando prioridade exatamente aos equipamentos que tenha uma maior demanda de atendimento a pessoas com deficiência, idosos e outros grupos vulneráveis. A Conselheira do FEHIS, Senhora Gisela, narrou que no bairro Carandá Bosque, existe um clube que invadiu a calçada, e que não entende como foi aprovado. Que a invasão na calçada é tão gritante que mal foi instalado o poste de iluminação pública. Que a Associação de Moradores recebe reclamações diuturnamente. Que já foi denunciado a Prefeitura Municipal, a imprensa, já se reuniram com a diretoria do clube, e nenhuma providência foi tomada. Que deseja saber por que nenhuma providência foi tomada até a presente data? A **Conselheira Vera Bacchi** respondeu que irá pesquisar o parcelamento do bairro e sugeriu que a Associação de Moradores participe das eleições dos Conselhos Regionais. A **Senhora Raina** também sugeriu que se manifestasse através do aplicativo fala Campo Grande. Que ela mesma já fotografou e encaminhou para esse



Fazer
bem feito
para fazer
dar certo.

Aprovada em:

/ /

aplicativo como uma demanda, uma ordem de serviço para a Prefeitura Municipal. Não houve mais questionamentos e a **Conselheira Vera Bacchi** agradeceu a oportunidade, salientando que tão logo o projeto piloto das Rotas Acessíveis tenha sido concretizado, enviará convite para os Membros do Conselho Estadual das Cidades. Retomando a palavra, a **Senhora Maria do Carmo** passou para **Definição de Pauta da próxima Reunião**: Ficou definido que será abordado a questão da habitação dos povos indígenas. Não havendo mais nada a ser tratado, a **Senhora Maria do Carmo** agradeceu a todos e encerrou a reunião às 16:45 horas. Ata redigida por **Tânia Marques**, revisada por **Vera Bacchi**.